

ARQUEOLOGIA E EDIFICAÇÃO – A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE DA ELITE PAULISTANA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ALTINO ARANTES – O ‘BANESPÃO’, NA DÉCADA DE QUARENTA

Gladys Mary Santos Sales*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar a análise da representação da identidade da elite paulistana a partir da construção do Edifício Altino Arantes – o ‘Banespão’, na década de quarenta, nas relações existentes entre a materialidade deste Edifício-Sede, com a identidade e a memória paulistana. Percebeu-se durante a pesquisa documental a necessidade da reflexão sobre a relevância social dos resultados deste estudo na área da educação, que imbrica tanto na possibilidade da aplicação deles em sala de aula, quanto na reflexão das ações da prática em Arqueologia Histórica. Faz-se necessário a reflexão da cultura material e suas representações imateriais, por meio da análise de dois questionamentos – i) O espaço construído em São Paulo relaciona-se a ideologia de afirmação de superioridade étnica, econômica e política dos paulistanos em comparação aos demais brasileiros? ii) Quais aspectos da construção do Edifício Altino Arantes exaltam o poderio econômico da elite paulistana, e permeiam a identidade local?

Palavras-chave: Cultura material. Superioridade étnica. Identidade local.

Abstract

This article aims to present the analysis of identity representation of São Paulo elite from the construction of the Altino Arantes Building – the 'Banespão', in the forties, relationship between the materiality of this Headquarters building, with the identity and paulistana memory. It was noticed during the desk research the need for reflection on the social relevance of the results of this study in the area of education, which overlaps both the possibility of applying them in the classroom, as the reflection of the actions of the practice in Historical Archaeology. It is necessary reflection of their material culture and intangible representations, through the analysis of two questions - i) The space built in São Paulo relates to the ideology of ethnic assertion and political superiority of economic paulistanos compared to other Brazilians? ii) What aspects of the construction of Altino Arantes Building exalt the economic power of the São Paulo elite, and permeate the local identity?

Keywords: Material culture. Ethnic superiority. Local identity.

* Gladys Mary Santos Sales
Servidora Pública da Secretária de Educação
de São Paulo, Titular de Cargo de Professora
de Educação Básica II – História
Pós-Graduação em Arqueologia
Graduação em História – Licenciatura Plena
gladyshistarg@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem por objetivo a viabilização da reflexão em Arqueologia Histórica, das representações imateriais percebidas na materialização do espaço construído, por meio da análise descritiva e reflexiva da construção do Edifício Altino Arantes – o ‘Banespão’, no antigo Triângulo Bancário, no município de São Paulo – SP, para a compreensão da ideologia da elite paulistana, da concepção de superioridade étnica, econômica e política dos oriundos do estado de São Paulo.

Trata-se do direcionamento de estudos na promoção do entendimento de dois questionamentos observados durante o período de pesquisas, de um lado – i) O espaço construído em São Paulo relaciona-se a ideologia de afirmação de superioridade étnica, econômica e política dos paulistanos em comparação aos demais brasileiros? E de outro – ii) Quais aspectos da construção do Edifício Altino Arantes exaltam o poderio econômico da elite paulistana, e permeiam a identidade local?

As edificações promovem a reflexão em Arqueologia – cultura material e patrimônio. Neste artigo o objeto de estudo trata da construção do Edifício Altino Arantes, conhecido atualmente como ‘prédio do BANESPA ou Banespão’, sendo visível na edificação do prédio, a materialidade da ideologia de superioridade da elite paulista – ‘paulistanidade’, uma vez que, o espaço construído evidencia a intencionalidade elitizada de poder e permanência.

O edifício construído no antigo centro financeiro da cidade em 1947, para abrigar a nova sede do banco que financiava os barões do café, é composto por trinta e cinco (35) andares, e foi considerado em 1948, pela revista francesa *Science et Vie* a maior estrutura de concreto armado do mundo, porque os maiores prédios da época, eram de estrutura metálica.

No dia 20 de junho de 2011, o Edifício Altino Arantes foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, mas o prédio já havia sido tombado pelo município em uma ação coletiva de preservação de edifícios históricos, existentes na região do Vale do Anhangabaú, no centro, no entanto com proteção apenas da fachada e das proporções do edifício, agora, o novo tombamento ampliou-se a preservação dos móveis que fazem parte da história da instituição financeira, a antiga caixa-forte do banco, no subsolo, além do terraço e cinco pavimentos.

Segundo o IPHAN (2000) – O tombamento é um "*ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal, que tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens*".

Entende-se que o edifício-sede do BANESPA tornou-se patrimônio histórico da cidade de São Paulo, não apenas por sua antiguidade, mas por tratar-se de ‘indício material’ com caráter valorativo dentre as produções arquitetônicas do passado da cidade.

Para a compreensão das contribuições culturais presentes na construção do Edifício Altino Arantes na contemporaneidade, recorreu-se as definições de Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, definidas durante a realização da 32ª sessão da Conferência Geral da ONU, realizada em Paris em 2003, que reconheceu:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003:14).

A reflexão sobre a importância dos bens culturais imateriais é uma preocupação mundial. No Brasil, as políticas patrimoniais que são referências fundamentais para os vários grupos que formam a sociedade brasileira, amparam-se na redação do artigo 216 da Constituição Federal promulgada em 1988, que estabelece os parâmetros do que pode ser considerado patrimônio da identidade, da ação e da memória no Brasil, distribuídos em cinco incisos, na enumeração dos bens materiais e imateriais, que devem ser inventariados, registrados, vigiados, tombados e preservados.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Dentre as expressões simbólicas que evidenciam as características materiais da identidade da elite de São Paulo, esta pesquisa acadêmica versará sobre “*os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*”. Considera-se, portanto, que monumentos, edifícios e artefatos que inseridos em contextos culturais, permitam a promoção do entendimento da ocupação do espaço e da complexidade simbólica que os cerca, por meio do estudo da cultura material.

Do ponto de vista das identidades, a cidade de São Paulo apresenta um mosaico de espaços e populações, cujas histórias foram configuradas em decorrência de conflitos, negociações e acordos ao longo dos anos.

O termo ‘paulistanidade’ segundo Moutinho (1988) é a demarcação da identidade paulistana em detrimento à identidade nacional, na idealização de uma São Paulo possuidora de virtudes que assinalam sua superioridade em relação aos demais brasileiros.

Faz-se necessário a reflexão sobre cultura material e suas representações imateriais, por meio da análise do excessivo gasto na construção suntuosa do Edifício Altino Arantes, incompatível com suas proporções internas pouco funcionais, articuladas à ideologia de afirmação de superioridade étnica, econômica e política dos oriundos do Estado de São Paulo em detrimento aos demais brasileiros.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: o capítulo 1, **Introdução**, trata das noções de Patrimônio Imaterial Brasileiro, bem como da descrição da fundamentação teórica deste estudo, noções de ‘paulistanidade’ e cultura material. O capítulo 2, **Metodologia**, traz os dados e a explicação metodológica da análise e argumentação da pesquisa. O capítulo 3, **Apoio teórico**, apresenta as concepções teóricas de Bezerra de Meneses (1983), na conceituação de cultura material; na proposta sobre cultura de Geertz (1978), que entende ‘cultura’ amalgamada a valores e práticas, concepções e atitudes, realidades singulares e universais, observada em todos os atos e gestos humanos, como resultado da aprendizagem da vida em sociedade; as explicações de Moutinho (1988:110), que entende ‘paulistanidade’ como a *“ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo”*. O capítulo 4, **Localização Geográfica**, situa o leitor à área de pesquisa deste artigo. O capítulo 5, **Panorama Histórico da Construção do Edifício-Sede Altino Arantes – “O Banespão”**, que situa o leitor no contexto histórico do pós-guerra, na demarcação temporal da construção do Edifício-Sede do Banco do Estado de São Paulo. O capítulo 6, **Descrição dos materiais utilizados na construção do Edifício Altino Arantes – “o Banespão”**, há o detalhamento do material utilizado na construção do prédio. O capítulo 7, **Análise e Discussão dos Resultados**, mostra os resultados da pesquisa, a estruturação e construção da análise da ‘paulistanidade’, articulada aos métodos teóricos e epistemológicos da Arqueologia Histórica. O capítulo 8, **Considerações finais**, apresenta a reflexão da relevância social dos resultados desta pesquisa para a Arqueologia, e evidencia a necessidade da pesquisa acadêmica sobre a apropriação ideológica do espaço geográfico na construção da identidade regional. Termina com as **Referências**.

Metodologia

A pesquisa se associa à perspectiva de análise qualitativa caracterizada pela investigação e interpretação do pesquisador.

Trata-se de uma pesquisa documental (HOLLOWAY, 1997), que examinou a ideologia de superioridade da elite paulistana, por meio da análise textual do memorial descritivo da construção do Edifício Altino Arantes, estabelecendo limites claros, efetivados por perguntas de pesquisa, fornecimento da fonte dos dados usados, o contexto e as pessoas envolvidas. Como afirma Holloway (1997), o estudo de caso não exige uma metodologia específica para a coleta

de dados e nem para sua análise: o pesquisador categoriza, desenvolve tipologias e temas, generalizando ideias teóricas.

Dados

Foram coletadas, inicialmente dez imagens, com visão interna do edifício e dez da fachada do prédio em janeiro do ano de 2013, mas foram analisados dessas, três imagens internas e três imagens externas, para ter uma visão geral das escolhas e da manutenção dos materiais originais construtivos, que são responsáveis pela formação ideológica de ‘grandeza’ e ‘riqueza’.

Essas imagens foram selecionadas, por evidenciarem a importância histórico-arqueológica na construção da elite paulistana, de uma identidade regional ‘forjada’ por meio da materialização do poder aquisitivo da aristocracia bancária em substituição à falida oligarquia cafeeira, evidenciada na exuberante construção do Edifício Sede de um banco que surgiu como Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo, na tentativa de perpetuação e manutenção no imaginário coletivo de ‘Soberania dos Naturais do Estado de São Paulo’.

Para mostrar a relevância social do entendimento da formação das identidades locais, apresenta-se a seguir as perguntas de pesquisas, articuladas às epistemologias da Arqueologia Histórica com aporte da História Regional.

- i) O espaço construído em São Paulo relaciona-se a ideologia de afirmação de superioridade étnica, econômica e política dos paulistanos em comparação aos demais brasileiros?
- ii) Quais aspectos da construção do Edifício Altino Arantes exaltam o poderio econômico da elite paulistana, e permeiam a identidade local?

Na contemporaneidade não há preocupação na análise da formação da identidade da elite paulistana por meio de espaços construídos pouco funcionais, assim surgiu a responsabilidade social na reflexão da imposição identitária, considerado fato cultural característico das elites locais brasileiras, que muitas vezes determinam as identidades regionais.

Procedimentos de análise

A análise seguiu as epistemologias arqueológicas para responder às perguntas de pesquisa: i) O espaço construído em São Paulo relaciona-se a ideologia de afirmação de superioridade étnica, econômica e política dos paulistanos em comparação aos demais brasileiros? ii) Quais aspectos da construção do Edifício Altino Arantes exaltam o poderio econômico da elite paulistana, e permeiam a identidade local?

A análise seguiu as seguintes etapas:

- (a) Análise do espaço construído:
 - (i) **Cultura material:** “suporte material, físico, concreto da produção e reprodução da vida social”. (BEZERRA DE MENEZES, 1983:112);
 - (ii) **Cultura imaterial:** “[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnica”. (UNESCO, 2003:14).
- (b) Análise do Edifício Altino Arantes:
 - (i) **Paulistanidade:** “Engloba o imaginário social e as mitologias, especialmente no que se refere às identidades ‘geográficas’”. (CERRI, 1998:1);
 - (ii) **Monumentalidade:** “[...] comemorar ou relembrar às futuras gerações eventos, sacrifícios, práticas ou crenças”. (CHOAY, 2001:89);
 - (iii) **Elemento Fálco:** “[...] ligação entre o mundo celeste e o mundo dos homens”. (BAKOS, 1999:56).

Apoio teórico

Para análise do Edifício Sede do Banco do Estado de São Paulo, da engenharia e dos materiais utilizados para sua construção, faz-se necessário a compreensão de cultura material, Arqueologia Histórica e do conceito de ‘paulistanidade’.

O presente artigo trata do estudo em Arqueologia Histórica, do Edifício Altino Arantes – “o Banespão”, para o entendimento das relações existentes entre cultura material e a ‘paulistanidade’.

Cultura material

O estudo sobre cultura material fornece informações fundamentais para o entendimento da ocupação do espaço geográfico, bem como, a análise da ‘paulistanidade’ permite a promoção da compreensão da multiplicidade das expressões simbólicas e arquitetônicas que se manifestam a partir do regionalismo.

Entende-se por cultura material:

[...] o suporte material, físico, concreto da produção e reprodução da vida social. Nesse sentido, os artefatos são considerados sob duplo aspecto: como produtos e como vetores das relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade. De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais. (BEZERRA DE MENESES, 1983:113).

Ressalta-se que a Arqueologia é a ciência que estuda as culturas a partir do seu aspecto material, na construção de suas interpretações através da análise dos artefatos, suas ocupações espaciais e suas inserções na paisagem. Trata-se de cultura material:

[...] o segmento do meio físico que é socialmente apropriado. Apropriação esta que não é aleatória, casual ou individual, mas que segue padrões sociais. Assim, o conceito pode abranger artefatos, modificações da paisagem e o próprio corpo, na medida em que ele é passível de manipulação. (BEZERRA DE MENESES, 1983:112)

Compreende-se que o objeto de pesquisa da Arqueologia, como explica Funari (2003:15) “[...] a Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”, ou seja, toda intervenção antrópica através dos tempos, que promoverá a formação da cultura de um povo.

Por cultura, segue-se a proposição de Clifford Geertz, que a define por:

[...] um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções – que governa o comportamento. Dessa forma, a cultura é um contexto e é através do fluxo do comportamento – da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Esta articulação se dá, também, através de várias espécies de artefatos (GEERTZ, 1978:56, 24, 27).

Segundo Ian Hodder, (1982) em seminário para a arqueologia moderna, propõe a concepção de cultura material “*como um sistema de representação*”. Pode-se considerar então, que a arqueologia estuda a cultura material e as manifestações imateriais, percebidas na análise das relações sociais. segundo Hodder (1999):

[...] a cultura material é uma construção e um meio de comunicação envolvida em prática social. Pode ser utilizada para transformar, estocar ou preservar informação social. Também é meio simbólico da prática social, atuando dialeticamente em relação à prática. Ela pode ser considerada como um tipo de texto, uma forma silenciosa de escrita e discurso, quase, literalmente, um canal de expressão reificado e objetificado.

A multiplicidade da vida em sociedade associada à especificidade dos artefatos promove a transformação, através da prática, dos padrões sociais. A dinâmica social permite que haja tanto a manutenção quanto a transformação da cultura.

Por meio de edificações há a materialização dos traços culturais no espaço construído, na representação dialética do universo simbólico das identidades com o mundo sensível, que segundo Brandão (2004:70), “[...] o que o contato com as ciências humanas ilumina não é a totalidade da Arquitetura, mas uma parte do seu ser.” Assim, a arquitetura responde à necessidade humana de domínio da natureza, na organização do espaço, imprimindo-lhe significado, materialidade e finalidade.

Ao lado da emergência dos objetos arquiteturais, o conjunto de seus enunciados, sintetizado no conceito de discurso, contribui para que o saber arquitetônico e as realizações do seu fazer sejam transmitidos e renovados de geração a geração. Desta forma, o saber arquitetônico ocorre no entrecruzamento de múltiplos vetores: na tecnicidade dos objetos construídos, no registro de suas imagens ou no conjunto de seus discursos, (BRANDÃO, 2004).

Particularmente em relação à arquitetura, nem mesmo a sua condição de construto utilitário lhe retira a capacidade de provocar no observador o recolhimento que surge na contemplação do simbólico. Em ‘A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica’, Benjamin (1994) distingue na arquitetura a sua dupla forma de recepção: pelo uso, através do hábito; e pela percepção, através da contemplação. Diante disto, as dimensões da arquitetura, sintetizadas na tríade vitruviana do belo, útil e duradouro, tornam-se objetos das relações manifestadas na prática discursiva, possibilitando que a dispersão de posicionamentos de seus enunciados derive, em parte, dos diferentes critérios de objetivação da própria arquitetura. Em outras palavras: as múltiplas dimensões do objeto arquitetônico são, por si só, uma regra geradora de diferenciações entre os enunciados sobre arquitetura.

No saber da arquitetura, o construto arquitetônico afirma-se como a visibilidade central das relações entre os meios não discursivos e a instância discursiva. Além de ser o objeto privilegiado desse discurso, a obra construída encerra em sua própria materialidade as relações de saber e poder que envolvem sua produção e existência, ordenando o espaço arquitetural em termos das dimensões simbólica, funcional e tecnológica. A sua visibilidade não é inerte, mas exerce, também, uma forma de poder sobre os corpos e sentidos dos que a habitam, (BENJAMIN, 1994).

Arqueologia Histórica

Considera-se o homem um ser cultural, moldado de acordo com as especificidades sociais do grupo ao qual pertence e da apropriação e transformação do espaço geográfico. As modificações na sociedade por ação antrópica ocorrem a todo o momento, por isso, necessita de estudos que contemplem a sociedade sem escrita e a letrada.

Estudos que utilizam artefatos e documentos pertencem a Arqueologia Histórica, que é segundo Orser (2000:5) “o estudo arqueológico dos aspectos materiais – em termos históricos, culturais e sociais concretos [...] que continuam em ação até hoje”. Cita-se ainda Orser na *Encyclopedia of Historical Archaeology* (2002 apud MORAIS, 2007), na definição de Arqueologia Histórica como:

[...] a investigação arqueológica de qualquer cultura do passado que desenvolveu uma tradição literária; ou ela pode ser vista como o estudo do ‘mundo moderno’, das condições históricas e culturais que modelaram nosso mundo desde aproximadamente 1500 d. C.

A definição de Arqueologia Histórica evidencia o seu caráter multidisciplinar, além da História e da Antropologia, o campo da Arqueologia Histórica inclui a Geografia Histórica e Cultural, a Economia Política, a Sociologia, a Arquitetura, a Semiótica, a Filosofia, o estudo do patrimônio e a História da Arte (ORSER, 2000:7).

Para que haja o entendimento da imaterialidade ideológica da construção do ‘Banespão’, subjacente no registro historiográfico, faz-se necessário à reflexão sobre cultura material e imaterial, na promoção das interpretações por meio das análises dos artefatos, suas ocupações espaciais e suas inserções na paisagem.

Definição de ‘paulistanidade’

Entende-se que para compreensão da construção ideológica de superioridade paulistana, por meio da análise dos materiais construtivos e da localização geográfica do Edifício Altino Arantes, torna-se possível o entendimento do conceito de ‘paulistanidade’, que segundo Cerri (1998:1), corresponde:

[...] parcela da ideologia da classe dominante com características regionais, que expressa-se desde a ciência - destacando aí a produção historiográfica paulista - até o folclore, passando pelo senso comum. Engloba o imaginário social e as mitologias, especialmente no que se refere às identidades "geográficas" (região e nação). Cumpre parte da função mais ampla do discurso ideológico, que é o de forjar outras identidades que não as de classe.

Parte-se da construção do Edifício-Sede do Banco do Estado de São Paulo, no centro da cidade de São Paulo, para o entendimento da concretização da ideologia da elite paulistana de superioridade regional, na visão de um passado heróico no convencimento da supremacia material e moral paulistana.

De uma forma sucinta, o conceito de ‘paulistanidade’ compreende “*a ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo*” (MOUTINHO,1988:110).

A cidade de São Paulo – extremamente dinâmica – apresenta no centro, a expressão de sua mutabilidade por meio de edificações grandiosas, Canevacci (1993):

O poder de comunicação simbólica em São Paulo é realmente incansável: nada fica em seu lugar por muito tempo. Não somente cada geração fará a sua cidade, mas até mesmo dentro de cada geração a cidade se modifica profundamente, transforma os seus códigos e inventa outros.

Assim, é fato que o ‘Banespão’ encontra-se inserido na atual configuração física do ‘Centro Velho’ paulistano, o que lhe confere o título de ‘referência visual e simbólica’, na

distância de quarenta quilômetros. Observa-se a partir da torre do edifício a Serra do Mar, o Pico do Jaraguá, os prédios da Avenida Paulista e as principais construções do centro da cidade de São Paulo.

Panorama histórico da construção do edifício-sede altino arantes – “o banespão”

No início do século XX, a sociedade brasileira tornou-se mais complexa. Caldeira (2007) descreveu este período como:

Formas de um capitalismo pouco desenvolvido emergiram nas principais cidades, particularmente em São Paulo, com a contribuição estrangeira. As estruturas dominantes da oligarquia agrária da República Velha (1889-1930) foram confrontadas pela aceleração do processo de urbanização. Este trouxe consigo a ascensão de uma burguesia industrial e comercial que buscou para si uma parcela maior do poder político. O debate político e econômico se deslocou, cada vez mais, para o tecido urbano em transformação, e a construção de uma nova identidade cultural ocupou espaço no surto de modernidade que o país experimentava.

Nessa renovação da vida brasileira, as artes não se constituíram em domínios alheios às transformações vigentes. O Brasil assistiu, entre a metade final da década de 1910 e os anos 1920, ao surgimento de um sentimento vanguardista na literatura e nas artes plásticas que mesclou, de um lado, a inspiração nos movimentos correlatos da Europa e, por outro, um viés nacionalista. Denominados de “futuristas”, nomes como Oswald de Andrade (1890-1954), Mário de Andrade (1893-1945), Anita Malfatti (1889-1964), Di Cavalcanti (1897-1976), Menotti del Pichia (1892-1988), entre outros, lideraram o revigoramento do pensamento artístico e intelectual brasileiro (AQUINO, 2003).

Segundo Caldeira (2007) em um dos polos dessa efervescência cultural, a arquitetura brasileira também foi marcada pela disputa entre grupos divididos em acadêmicos, neocoloniais e modernos, os quais buscaram legitimar suas linguagens arquitetônicas. O embate de forças, amplificado a partir de 1930, traduziu-se na primazia de um conjunto de acontecimentos liderados pelo grupo moderno do Rio de Janeiro. Oriundos das turmas formadas na Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA) nos anos 1920 e 1930, esses arquitetos atuaram num período que a crítica usualmente avalia como sendo a fase áurea da arquitetura moderna brasileira, em função da qualidade das obras realizadas e, também, da repercussão que essas obtiveram no panorama internacional.

De acordo com o levantamento documental junto ao arquivo histórico do Museu Banespa em 2000, o Banco do Estado de São Paulo originou-se do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, fundado em 14 de Junho de 1909 com sua primeira agência aberta na cidade de Santos, para o financiamento da cafeicultura paulista, na promoção do desenvolvimento cafeeiro de São Paulo, na ocasião da fundação do banco, investidores

franceses possuíam a maioria das ações, sendo o Banco do Comércio e o Tesouro do Estado de São Paulo segundo e terceiro lugares respectivamente. Em 1919 o Governo paulista nacionalizou a instituição financeira, ao tornar-se acionista majoritário e alterou em 1927 o nome de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo para Banco do Estado de São Paulo – BANESPA.

Com a expansão do banco, optou-se pela construção de uma sede no centro bancário de São Paulo, condizente com as dimensões alcançadas pela Empresa.

A Diretoria banespiana adquiriu um terreno na Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, para a construção de seu edifício sede, no entanto, a localização geográfica da matriz estaria distante do centro bancário da cidade, compreendido pelo triângulo formado pelas ruas São Bento, Quinze de Novembro e Direita. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo possuía imóvel na Rua João Brícola, e em acordo com a instituição financeira na década de 30 realizou a permuta dos prédios.

Fez-se necessário para a construção do Edifício Altino Arantes a compra de mais três prédios na Rua Boa Vista, iniciou-se as obras no eixo da Avenida São João, na confluência da Praça Antonio Prado com a Rua João Brícola com saída para a Rua Boa Vista.

Colocou-se a pedra fundamental do edifício em junho de 1939 pelo interventor federal de São Paulo nomeado por Getúlio Vargas – Ademar de Barros. A finalização do prédio ocorreu após oito anos, em 27 de junho de 1947, pois houve a eclosão da Segunda Guerra Mundial, logo após a cerimônia de fundação do prédio.

De acordo com notícia publicada em dezembro de 1947 na Revista Acrópole, os 161,22 metros de altura e trinta e cinco andares, conferiram ao prédio o título do maior do mundo externo aos Estados Unidos e o primeiro a superar seu vizinho Martinelli – considerado por dezoito anos o maior arranha-céu de São Paulo. Este título foi reafirmado em 1948 pela revista francesa ‘*Science Et Vie*’, porque o Edifício Altino Arantes era menor que o ‘*Empire State Building*’, em Nova York, com 448 metros (incluindo a antena), mas o arranha-céu de Manhattan era feito de estrutura metálica.

O projeto original era do arquiteto Plínio Botelho Amaral, segundo informação da museóloga Adriana Pichotano Athaide em maio de 2000, do Museu Banespa, houve desavenças entre Amaral e a diretoria do Banco, então a responsabilidade do projeto passou para a empresa Camargo&Mesquita, e “*eles sugeriram que o prédio fosse inspirado no Empire State Building*”.

Para o sociólogo José de Souza Martins (1975), o Edifício Altino Arantes retrata uma mudança na cidade – que foi influenciada pela França Clássica, passou a receber referências arquitetônicas dos Estados Unidos. “*Na época na construção do prédio, a cidade perdia a identidade francesa do século XIX para ser mais “americana*”. O professor Toledo (2004),

explica que “com suas linhas retas e sóbrias, o prédio é um exemplo do estilo ‘art déco’, comum em Nova York”.

Descrição dos materiais utilizados na construção do edifício altino arantes – “o banespão”

Na década de 60, o edifício ganhou o nome de Altino Arantes em homenagem ao primeiro presidente brasileiro do banco (ATHAÍDE, 2000). Trinta anos depois, algumas áreas do prédio foram tombadas pelo patrimônio histórico municipal, como o hall, as galerias, a caixa forte, 5º e 6º andares e a torre. Na contemporaneidade a caixa forte do edifício mantém as características originais, como porta circular de dezesseis toneladas e dois mil cofres de aluguel de diversos tamanhos. O 5º andar foi decorado com lustres e lambris que foram restaurados – todo o andar é revestido em jacarandá paulista. O 6º andar foi restaurado em 1969 para acomodar a presidência do banco.

Em 2011 o ‘Banespão’ foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), a resolução de tombamento estadual salvaguarda a “*volumetria, fachadas e terraço de cobertura*”, internamente incluí-se os pavimentos do subsolo ao sexto, “*excluindo-se o quarto e os demais pavimentos da torre até a cobertura*”, e o mobiliário “*identificados com a prática e funcionamento da instituição financeira*”.

O edifício localiza-se no eixo da Avenida São João, o que lhe confere uma visão privilegiada da cidade de São Paulo. É o terceiro prédio mais alto da cidade, superado pelo Mirante do Vale e o Edifício Itália.

Figura 2- Projetos arquitetônicos do Edifício Altino Arantes



Fonte: Do autor.

Especificações construtivas publicadas na Revista Acrópole em dezembro de 1947

De acordo com a Revista Acrópole de dezembro de 1947:

[...] a construção do edifício revelou-se um desafio representado pela natureza argilosa do terreno da região. Optou-se pelo estaqueamento com estacas de concreto moldadas no local, após a remoção das argilas onde seria fundido o fuste das estacas até a profundidade de quatorze metros, no nível da Praça Antonio Prado, profundidade do alargamento das bases das estacas, seguindo-se a locação das armaduras e finalmente o lançamento do concreto, devidamente adensado seguiu-se então as provas de carga realizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. [...] A estrutura de concreto armado do edifício é constituída por uma série de pórticos de três vãos, no bloco da Antonio Prado, e normal, do lado da Rua Boa Vista. A complexidade dos cálculos estruturais foi tamanha que, a título de exemplo, para a determinação dos momentos provenientes da ação do vento foram necessários trinta e seis sistemas de equações simultâneas.

Este excerto demonstra que a particularidade geológica do espaço escolhido para a construção do Edifício Altino Arantes, gerou gasto excessivo de adequação do terreno para acomodação das toneladas de concreto armado, necessárias para garantia da estabilidade da edificação, que reflete a mudança no pensamento arquitetônico do século XX, uma vez que o espaço construído recebeu novos elementos técnicos para sua adequação aos modelos da corrente do *'Art Decó'*.

O *Art Déco* consistiu em um conjunto de manifestações artísticas originadas na Europa, em especial em Paris, e que se expandiram para as Américas, inclusive o Brasil, a partir da década de 1920, tendo seu apogeu entre os anos 30 e 40, que veiculava a elaboração moderna e complexa de técnicas refinadas e ricos materiais de acabamento, visando evitar a sensação de pobreza trazida pela simplificação racionalista das formas (STRINER, 1994).

Neste panorama o conjunto estilístico da edificação afirmou-se como a visibilidade central das relações entre os meios não discursivos e a instância discursiva. Além de ser o objeto privilegiado desse discurso, a obra construída encerra em sua própria materialidade as relações de saber e poder que envolvem sua produção e existência, ordenando o espaço arquitetural em termos das dimensões simbólica, funcional e tecnológica. A sua visibilidade não é inerte, mas exerce, também, uma forma de poder sobre os corpos e sentidos dos que a habitam:

Se as arquiteturas, por exemplo, são visibilidades, locais de visibilidades, é porque não são meras figuras de pedra, isto é, agenciamento de coisas e combinações de qualidades, mas, antes de mais nada, formas de luz que distribuem o claro e o escuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto [...] (DELEUZE, 2005, p. 66).

O Edifício Altino Arantes, desempenhou então, o papel da materialização do pensamento da burguesia paulistana, estilizado por meio da visibilidade do poderio econômico da oligarquia



do capital especulativo, assim seguindo a proposição de Ferrara (1993:251), a imagem mental que o indivíduo tem da cidade apoia-se em uma questão básica: sua qualidade visual, orientada pelo registro dos espaços conhecidos e reconhecíveis, e aponta para a construção racional da imagem da cidade como um sistema de ordem de ver, pensar a cidade e nela orientar-se.

Seguindo a ideia de materialização da construção ideológica de superioridade paulistana, por meio da análise dos elementos construtivos do Edifício Altino Arantes, deve-se enumerá-los de acordo com as informações de Revista Acrópole (1947), que evidenciou que o ‘Banespão’ foi construído de tijolos comuns na alvenaria do prédio. Nos pisos, optou-se por granito esmerilhado nas áreas de maior circulação e por mármore (halls dos elevadores, corredores e andares) nas de menor circulação. O mesmo critério foi utilizado no piso das escadas. No piso do grande saguão, foram empregados granito polido, granito esmerilhado e bronze. Tacos de ipê revestem o piso dos ambientes de trabalho; nos banheiros e copas, são usadas pastilhas de porcelana; pias e sanitários são de porcelana vitrificada.

O embasamento do edifício foi revestido com granito róseo polido, tanto do lado da Praça Antonio Prado, como do lado da Rua Boa Vista. No restante da fachada da praça, foram aplicados 20.000 m² de mosaicos de porcelana da empresa Argilex. Já o bloco da Rua Boa Vista foi revestido com cimento branco. Internamente, nos locais sem necessidade de revestimentos especiais, as paredes foram revestidas de argamassa e areia, enquanto o grande saguão, em ambas as entradas e na Casa Forte, as paredes foram revestidas de mármore. Os forros dos tetos da Diretoria e da Administração são de madeira; as paredes são revestidas de lambris de jacarandá artisticamente trabalhado, nos demais ambientes de trabalho são de lambris simples de jacarandá. Em diversos ambientes do prédio há paredes de tijolos de vidro translúcido. Nos ambientes de grande movimento, utilizou-se o material ‘Acousti-Celotex’ para absorção do ruído. Todas as portas internas são de jacarandá e dotadas de ferragens especialmente desenhadas para o edifício. As janelas são guarnecidas com ‘caixilhos guilhotina’ equipados cada um com uma única lâmina de vidro que cobrem o vão inteiro. Utilizou-se persianas metálicas de marca ‘Sun-Aire’. Os portões da entrada de ambos os blocos são de cobre, trabalhados artisticamente. Nas galerias do grande saguão, as grades artísticas são de bronze e aço inoxidável. Alguns ambientes são separados por paredes feitas com tijolos de vidro.

Conforme a descrição da Revista Acrópole (1947), percebe-se as dimensões da materialidade do poder econômico do Banco do Estado de São Paulo, imbricado a necessidade simbólica da manutenção da permanência da elite paulistana na construção ideológica da identidade local, por meio da visibilidade privilegiada do seu Edifício-Sede, e como afirma Cassirer, “[...] *em lugar de definir o homem como um animal ‘rationale’, deveríamos defini-lo como um animal ‘symbolicum’*” (CASSIRER, 1977: 70).

Se o alto padrão dos materiais construtivos do Edifício Altino Arantes, exprime grandes gastos, para Foucault (1987) o poder é uma estratégia atribuída às funções. O poder não se

origina nem na política, nem na economia, e não é ali que se encontram suas bases. Ele existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos sociais. O poder não se reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico de todos é a constatação que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder (HUNT, 1995: 46).

Segundo Funari “[...] Não se trata, assim, de acreditar no que diz o documento, mas de buscar o que está por trás do que lemos, de perceber quais as intenções e os interesses que explicam a opinião emitida pelo autor, esse nosso foco de atenção” (1993: 86).

Por meio de edificações há a materialização dos traços culturais no espaço construído, na representação dialética do universo simbólico das identidades com o mundo sensível, que segundo Brandão (2004:70), “[...] o que o contato com as ciências humanas ilumina não é a totalidade da Arquitetura, mas uma parte do seu ser.” Assim, a arquitetura responde à necessidade humana de domínio da natureza, na organização do espaço, imprimindo-lhe significado, materialidade e finalidade.

A Revista Acrópole (1947), descreve com riqueza de detalhes, a infraestrutura do Edifício Altino Arantes, cujo memorial descritivo informa que toda a água do prédio é previamente tratada por meio de filtros. O reservatório de acumulação, com capacidade de meio milhão de litros, situa-se no bloco da Rua Boa Vista. De lá, a água é bombeada para dois reservatórios intermediários, situados no décimo quarto andar do bloco da Boa Vista e no décimo sétimo andar do bloco da Praça Antônio Prado, sendo que neste último bloco, existem reservatórios de distribuição no trigésimo primeiro andar e um de pequena capacidade para servir os andares acima. Todo o prédio está equipado com instalações especiais para incêndio, composta por bombas, reservatórios privativos e canalizações do serviço de fornecimento de gás. No porão do bloco da Praça Antônio Prado encontra-se uma estação transformadora da Eletropaulo que alimenta os seguintes serviços de eletricidade: luz para iluminação dos ambientes, luz para iluminação das fachadas, luz para fins decorativos, luz de emergência, força para equipamentos mecânicos – elevadores, bombas, exaustores, ar-condicionado, força para as tomadas de corrente e força para a ligação de climatizadores. No que diz respeito à iluminação, há setores equipados com lâmpadas incandescentes comuns e lâmpadas fluorescentes; tubos de luz fria são utilizados para efeitos decorativos. A rede telefônica dispõe de canalização especial, na configuração da rede de interfones, PABX e alto-falantes para conferências coletivas da Direção e Administração. O prédio também está dotado de relógios elétricos, alarmes de incêndio, alarmes contra roubo nos guichês com dispositivo de fechamento elétrico instantâneo de todas as saídas, proteção das portas da casa-forte com dispositivo radar, proteção microfônica das paredes da casa-forte, serviço de ar-condicionado para a casa-forte, sinalização de chamada para os guichês com rede de alto-falantes, sinalização de chamada de contínuos, por campainhas,

rede de para-raios, fornos incineradores de lixo em cada um dos blocos com orifícios coletores em todos os andares. O prédio é servido por treze elevadores, dos quais três têm a velocidade de duzentos e dez metros por minuto, com capacidade para dezesseis passageiros cada e um de cento e cinco metros por minuto com capacidade física para doze passageiros no bloco da Praça Antônio Prado; dois elevadores para dez passageiros de cento e cinco metros por minuto na zona do banco; elevador privativo da Diretoria para nove passageiros e velocidade de setenta e cinco metros por minuto; elevador privativo de pessoal para seis passageiros e velocidade de setenta e cinco metros por minuto; dois monta-livros de comando automático. No bloco da Rua Boa Vista, dois elevadores para doze passageiros, com velocidade de cento e trinta e cinco metros por minuto e dois elevadores para nove passageiros com velocidade de setenta e cinco metros por minuto. O prédio possui esteiras mecânicas para transporte de papéis, para a comunicação de todas as seções do andar térreo. Foi também previsto um sistema de transporte pneumático. A casa-forte é dotada de portas circulares com peso de dezesseis toneladas cada, e é circundada por um corredor de fiscalização dotado de espelhos para facilitar a vigilância. A zona de cofres de aluguel possui dois mil cofres de diversos tamanhos. O banco possui uma porta especial diretamente ligada à casa-forte para atender aos clientes que queiram utilizar seus cofres fora do período do expediente

Tabela 1 – Enumeração dos fornecedores do Edifício Altino Arantes

Produto	Fornecedor – endereço na época da construção do Edifício Altino Arantes
Elevadores	Atlas
Estacas	Franki
Isolante acústico marca Acousti-Celotex	Empresa Concessionária de Produtos Ltda. - Rua Líbero Badaró, 346, 7º andar
Ar-Condicionado das Caixas-Forte	Carrier Engenharia S/A
Fechaduras e Ferragens	Arouca & Cia. - Avenida São João, 475
Grades Artísticas e Serralheria	Companhia Brasileira de Construção Fichet e Schwartz-Hautmont - Rua Xavier de Toledo, 14, 5º andar
Guichês, Arandelas, Portas e Sancas em aço inoxidável, lustres e arandelas artísticas.	Metal Tupy - Paulo Murin – Rua Antonio Mariz, 131
Iluminação fluorescente tipo "Gold Cathode"	Sociedade Lumina Industrial e Elétrica Liel Ltda. Rua Saldanha Marinho, 163
Impermeabilização com produtos Everseal	M. E. Guimarães - Largo do Arouche, 45
Lambris de madeira e móveis	Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo
Pastilhas de porcelana	Indústria Paulista de Porcelanas Argilex – Rua da

"Argilex" do revestimento das fachadas	Consolação, 348
Sinalização e intercomunicação, aparelhos de alarme de incêndio, relógios etc.	Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S/A - Rua Florêncio de Abreu, 157

Fonte: <http://www.piratininga.org/banespa/banespa.htm>.

Observa-se na relação dos fornecedores e prestadores de serviço do Edifício Altino Arantes, a qualidade e grande gasto direcionados à manutenção do prédio.

Os materiais utilizados no Edifício Altino Arantes, promoveram a avaliação de que este espaço construído iria desempenhar um papel fundamental nas transações econômicas cotidianas do Banco do Estado de São Paulo, por isso, o gasto pecuniário despendido para sua construção foi necessário. Porém, uma observação atenta do conjunto estilístico, arquitetônico e decorativo utilizado nesta edificação, questiona a materialidade da funcionalidade deste espaço, uma vez que, a suntuosidade do perfil do prédio do BANESPA é incompatível com seu espaço interno.

O Edifício Altino Arantes é um monumento pouco funcional, que está localizado geograficamente no centro histórico da cidade de São Paulo, no Antigo Triângulo Bancário, mas não desempenhou efetivamente o papel de abrigar confortavelmente a centralidade das negociações bancárias da diretoria banespiana, por isso, os questionamentos deste artigo, voltaram-se para a organização do espaço construído e a interpretação da subjetividade das identidades locais, que por meio das análises arqueológicas com aporte das epistemologias das Ciências Sociais, evidenciará no Capítulo 7 – Análise e Discussão dos Resultados, a possível interpretação da discrepância entre espaço, custo e funcionalidade.

Análise e discussão dos resultados

Para análise da relação existente entre a construção do Edifício Altino Arantes e o conceito de 'paulistanidade', faz-se necessário à compreensão da cultura material e seu relacionamento com a construção de interpretações por meio da análise dos artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem.

A cultura material é o suporte físico, concreto da produção e reprodução da vida social, mas a análise simplesmente da matéria, tornar-se-á puramente descritiva, logo, a compreensão de cultura material e do universo simbólico que a cerca, uma vez que entende-se que artefatos têm significados múltiplos, que transitam entre utilizações e representações, próprios da época de sua produção.

Uma análise arqueológica, a partir de edifícios históricos e documentos, deve promover a reflexão sobre informações subjacentes ao texto, evidenciadas na utilização de determinado espaço geográfico.

O ser humano apropria-se do meio em que vive, mas essa apropriação não é aleatória e inconsciente. O ambiente construído é um reflexo da sociedade que o construiu, por isso, é tão dinâmico e multifacetado.

Para o entendimento das relações existentes entre cultura material e a imaterialidade do conceito de ‘paulistanidade’ (CERRI, 1998), fez-se necessário à eleição de uma edificação no centro da cidade de São Paulo, para análise da materialidade ideológica da supremacia paulistana. Elegeu-se o Edifício Altino Arantes – ‘Banespão’, uma vez que é um ‘símbolo’ da arquitetura paulista da década de 40.

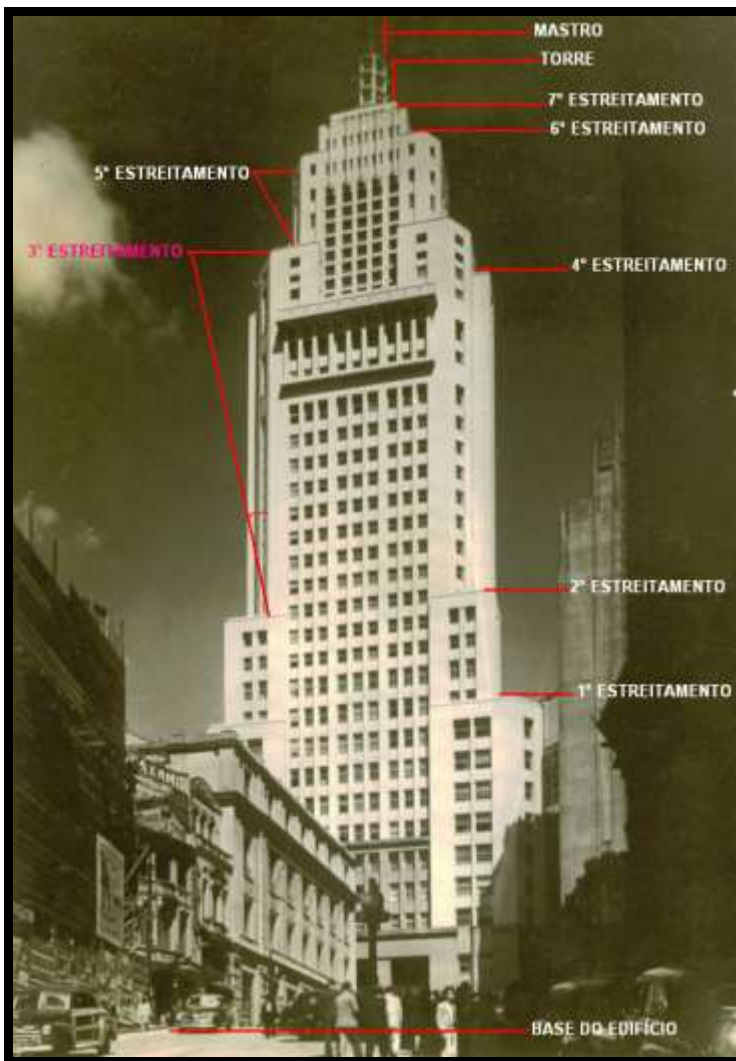
A história do Banco do Estado de São Paulo confunde-se com a história da própria cidade, uma vez que a instituição financeira relaciona-se com o crescimento econômico e a identidade paulistana.

Os materiais utilizados para construção do prédio e seus 161,22 metros de altura, evidenciaram o caráter icônico e monumental do ‘Banespão’.

Os melhores materiais foram generosamente utilizados no acabamento do prédio – mármore de carrara, tacos de ipê, jacarandá, a fachada revestida com pastilhas de porcelana, o saguão central com o pé-direito de dezesseis metros de altura e as portas de aço dos cofres fortes com dezesseis toneladas cada uma (REVISTA ACRÓPOLE, 1947). A escolha dos materiais para construção do edifício sede evidencia a imaterialidade do ideal progressista e imortal, enraizado na monumentalidade do ‘Banespão’.

O Edifício Altino Arantes dispõe de uma área construída de 17.951 metros quadrados, mas essa área construída é pouco funcional, porque as proporções arquitetônicas do prédio mantêm a base larga, e o estreitamento do espaço no topo, como se observa evidenciado na figura 3.

Figura 3– Imagem do estreitamento do Edifício Altino Arantes



Fonte: Sales, 2013.

Percebe-se no perfil externo do Edifício Altino Arantes sete estreitamentos em seu comprimento da base em relação ao topo, bem como, a diminuição de aproximadamente 10 graus nos quatro lados de cada estreitamento da área total.

Internamente estes estreitamentos estilísticos influenciaram na área útil desta edificação, que também está limitada pela especificidade geológica do terreno, uma vez que, a tecnologia disponível para a engenharia da década de 40, necessitou do uso de grandes e largas colunas e vigamentos de concreto armado para manutenção de sua estabilidade, que limitaram ainda mais seu espaço interno, como observa-se nas fig. 6, 7 e 8.

Figura 4- Imagens do 3º e 4º andar e das pilastras do Grande Hall do Edifício Altino Arantes



Fonte: Sales, 2014 e Revista Acrópole, 1947.

É nítido nas figuras 6, 7 e 8 que o espaço útil do edifício foi comprometido, uma vez que, trata-se da área mais ampla de todo o prédio, por isso, confirma-se que o propósito original era a construção de uma sede para o Banco do Estado de São Paulo, mas ideologicamente, o Edifício Altino Arantes representa a materialização do discurso identitário das personagens pertencentes à elite político-econômica, que representam a órbita de ação do poder paulistano, chegando ao ponto em que a edificação pode ser definida “*como um monumento oficial a serviço do Estado*” (FLOR, 1995: 186).

Como afirma Cassirer, “[...] em lugar de definir o homem como um animal ‘rationale’, deveríamos defini-lo como um animal ‘symbolicum’ (CASSIRER, 1977: 70), assim, o Edifício-Sede do Banco do Estado de São Paulo pode ser definido também como a exaltação do poder econômico da elite que se formava na capital paulistana, no Período Pós-Guerra, uma vez que, a descrição de seu memorial descritivo expôs o alto custo da construção de um espaço pouco funcional.

Por ser o edifício Altino Arantes cultura material, suporte físico, concreto da produção e reprodução da vida social, sua interpretação relaciona-se com a análise dos artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem. Por isso, além de analisar suas proporções internas reduzidas, faz-se necessário à interpretação de seu impacto visual, na perspectiva de seu dialogismo com a paisagem circundante, uma vez que, artefatos têm significados múltiplos, que transitam entre utilizações e representações, próprios da época de sua produção.

A apropriação da paisagem não é aleatória e inconsciente. O ambiente construído é um reflexo da sociedade que o construiu, por isso, é tão dinâmico e multifacetado.

De acordo com Ferrara (1993), a seletividade visual transforma o espaço urbano em imagens consideradas unidades mínimas de leitura que permitem o reconhecimento dos pontos mais significativos do tecido urbano. A “imagem” é apontada como ponto de referência que marca os observadores e, através de seus mapas mentais, impede que eles se desorientem.

A representação imagética do edifício é no formato fálico, que assemelha-se a um obelisco – elemento originário da antiguidade egípcia, construídos com blocos monolíticos, com

o sentido de cunho mitológico, segundo Bakos (1999:56) o obelisco refere-se “*a representação do primeiro raio de sol que desceu pela terra, fazendo a ligação entre o mundo celeste e o mundo dos homens*”, pode-se supor que a ideia ‘estampada’ na construção do Edifício Altino Arantes, receba também um caráter mítico-religioso, na representação da intermediação entre o homem e Deus, assim, a elite paulistana, se auto intitularia ‘portadora do dever divino de comandar a nação’, ou mesmo, consagrar-se ‘divinamente abençoada’.

Se a ideia original do prédio não é sagrada, talvez seja para desempenhar outra função destinada aos obeliscos, que são monumentos que desde as suas origens, destinam-se a transmissão à posteridade as memórias de fatos ou pessoas notáveis. Na concepção de Choay (2001:89), o significado original da palavra, monumento significa “*qualquer artefato erigido para uma comunidade de indivíduos, a fim de comemorar ou relembrar às futuras gerações eventos, sacrifícios, práticas ou crenças*”. O monumento relaciona-se com a memória, ou seja, tem a função de manutenção e preservação da identidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar de um grupo.

No período em que o mundo sentia a ‘Quebra da Bolsa de Nova Iorque’ e os pós-guerras, e São Paulo a derrota na Revolução Constitucionalista de 1932, o BANESPA estimulava a sensação de grande entusiasmo e progresso, materializada no seu grandioso Edifício-Sede. O planejamento na construção do ‘Banespão’ representou a ideologia que a oligarquia paulista queria ‘transmitir’ e ‘impor’ de um ‘espírito paulista, que não se abala, mas se fortalece’.

Entende-se que o prédio Altino Arantes, conhecido como ‘Banespão’ é a concretização do desejo subjacente da elite paulistana por grandiosidade, em um momento histórico, marcado por grandes perdas e transferência da oligarquia paulistana do campo – cafeicultores, para a cidade – banqueiros. Era o surgimento de uma nova forma de enriquecimento, desvinculado do café, associado ao capital especulativo. Iniciava-se a ‘Era dos Banqueiros’.

O estado de São Paulo apresenta no assentamento humano, características próprias, observadas principalmente em seu centro, na promoção da exaltação do ‘ser paulista’, intrinsecamente relacionado com a configuração arquitetônica do ambiente construído e a visão minimista da história regional, uma vez que, a área central não é espaço para todos, mas para uma minoria endinheirada, que materializa no espaço construído a grandeza de seu poder aquisitivo.

Confere-se a capital paulistana a fundação da cidade e a Proclamação da Independência Nacional – eventos considerados dignos de memória e registro, que promovem a manipulação dos dirigentes paulistas do imaginário coletivo, na exaltação da necessidade política, no destaque do papel da cidade nos destinos nacionais.

A ideia da importância histórica de São Paulo permitiu a promoção da glorificação da capacidade paulista na condução do país, evidenciada em seu brasão, na frase em latim “*Non Dvcor, Dvco* – Não Sou Conduzido, Conduzo”.

O enaltecimento histórico e geográfico do estado que teve as primeiras vilas brasileiras na costa e no sertão – São Vicente e São Paulo –, que foi palco da declaração de Independência, surgiu para a fundamentação ilusória das elites locais e regionais, que São Paulo desempenha um papel fundamental nos destinos paulistas e do próprio país.

Criou-se no imaginário brasileiro, mitologias para exaltação da cidade e do povo de São Paulo, desde o mito ‘bandeirista do desbravamento do desconhecido’ até o movimento democrático, representado na figura do ‘soldado da Revolução Constitucionalista de 1932’. A criação de ‘heróis paulistas’ cumpre a função ideológica de ‘união regional’ em detrimento das identidades a partir das classes sociais.

Assim, o termo ‘paulistanidade’ surge na historiografia, a partir da obra do historiador Alfredo Ellis Jr. (1933), na adjetivação do ‘sentimento que se manifesta nos paulistas e culmina na Revolução Constitucionalista de 1932’.

Entende-se que a ‘paulistanidade’ refere-se à ideologia produzida pela oligarquia paulistana na criação de uma ‘identidade de ordem regional’, na valorização do pertencimento ao Estado de São Paulo, na tentativa da homogeneização das ideias e da sociedade paulista, a partir da instituição de uma série de ‘valores e características’ próprias da ‘condição de ser paulista’, por meio da ‘construção heroica’ da História Regional, na figura do bandeirante – ancestral, civilizador, patriarca do paulista.

Observa-se a concretização da ‘paulistanidade’ no espaço construído no centro de São Paulo, em especial, no Edifício Sede do Banco do Estado de São Paulo, que como instituição financeira, originária do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola - 1909, que servia para financiar os barões do café, manteve após a nacionalização do banco em 1919, a manutenção da oligarquia cafeeira.

O fim da política do ‘café com leite’, com o governo de Getúlio Vargas, promoveu a Revolução Constitucionalista em 1932, não para a promoção da eleição democrática do presidente, mas como retaliação da elite paulista, que perdera o poder político na condução do país. A derrota paulista no conflito civil de 1932 fez surgir um novo mito de ‘ser paulista’, associado aos combatentes mortos e exaltados na construção de um obelisco geograficamente pensado, para visualização de vários pontos da cidade de São Paulo.

Com o início da Segunda Grande Guerra, o Banco do Estado de São Paulo, iniciou a construção de seu Edifício-Sede, na tentativa de demonstrar que o governo de Vargas e a derrota na Revolução de 1932, não havia ‘silenciado ou oprimido os paulistas’, muito menos, ‘enfraquecido’ a elite paulistana.

Para a visualização da grandiosidade de São Paulo e de seu banco, criou-se uma réplica em concreto armado do edifício *Empire State Building*, na construção de um prédio bancário cuja apropriação geográfica foi milimetricamente pensada, bem como a utilização dos melhores materiais para construção civil, existentes na época.

Entende-se que o Edifício Altino Arantes foi considerado ‘indício material’ com caráter valorativo dentre as produções arquitetônicas do passado da cidade de São Paulo, por isso, foi tombado, porque segundo o IPHAN (2000) – O tombamento é um "*ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal, que tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens*".

Acredita-se que o Edifício Altino Arantes represente um lugar de valor arquitetônico e paisagístico, que mantêm vínculos simbólicos e afetivos com os paulistanos, e que seu aspecto estético seja mais valorizado que o funcional nesta avaliação. Desta forma, necessidades de ordem estética e simbólica são importantes dentre as expectativas relacionadas à apreensão dos lugares, no relacionamento do patrimônio material – Edifício Altino Arantes, com a imaterialidade do orgulho paulista, da posse de suntuosa obra de engenharia.

Ressalta-se que o edifício sede do Banco do Estado de São Paulo, é uma representação do desejo subjacente da elite paulistana por grandiosidade, faz-se necessário a ressignificação do espaço construído, para que haja a efetivação da preservação do prédio, uma vez que, se entende que a cidade tem sua paisagem, a partir da composição de formas superpostas de diferentes tempos, produtos de diferentes fases de sua história, num processo constante de destruição e transformação, outras vezes, de demolição e reconstrução.

Para que haja a garantia da manutenção arquitetônica no espaço urbano – reflexo do desejo de permanência coletiva, necessita-se do trabalho arqueológico e patrimonial nas publicações de estudos em Arqueologia Pública.

Considerações finais

Com término deste artigo, observou-se a relevância social das teorias da Arqueologia Histórica, com as proposições de Geertz (1978), que entende ‘cultura’ sob a perspectiva da existência da relação entre valores e práticas, concepções e atitudes, realidades singulares e universais, observada em todos os atos e gestos humanos, como resultado da aprendizagem da vida em sociedade; das explicações de Moutinho (1988), cujo o conceito de ‘paulistanidade’ compreende a ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo.

Observa-se que as análises apresentadas responderam às questões que foram à finalidade dessa pesquisa: Com relação à primeira pergunta – (i) O espaço construído em São Paulo relaciona-se a ideologia de afirmação de superioridade étnica, econômica e política dos paulistanos em comparação aos demais brasileiros? As teorias da Arqueologia, a saber – BEZERRA DE MENEZES (1983), com a conceituação de cultura material, como o segmento do meio físico que é socialmente apropriado; as definições de cultura imaterial e patrimônio da

Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 e no reconhecimento estabelecido pela UNESCO (2003), como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Dentre outros. Já com relação à segunda pergunta - (ii) Quais aspectos da construção do Edifício Altino Arantes exaltam o poderio econômico da elite paulistana, e permeiam a identidade local? Recorreu-se as teorias de Cerri (1998), que define paulistanidade como ideia que engloba o imaginário social e as mitologias, especialmente no que se refere às identidades 'geográficas'; as definições de Choay (2001), sobre monumento, que serve para comemorar ou relembrar às futuras gerações eventos, sacrifícios, práticas ou crenças do passado; as proposições de Bakos (1999), sobre a função mítica do obelisco, como sendo a ligação entre o mundo celeste e o mundo dos homens, dentre outros.

As análises fundamentadas nas teorias deram suportes para a argumentação deste artigo, bem como, promoveram a reflexão em Arqueologia Histórica, no entendimento histórico vivenciado pelos paulistanos no momento em que é construído o Edifício Altino Arantes, por meio da análise da cultura material em constante diálogo com a fonte textual.

A verticalização da cidade de São Paulo, e seu crescimento econômico evidenciam-se na construção do 'Banespão'. Uma obra de concreto armado, que reflete a ideologia da oligarquia bancária, no desejo do direcionamento da política brasileira por dirigentes paulistanos.

Após duas grandes guerras, a Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, o fim da política do 'Café com Leite' em 1930, o governo de Getúlio Vargas e a Revolução Constitucionalista de 1932, a elite paulistana reconstrói o ideal de 'ser paulista', a partir da construção de um passado glorioso, desvinculado do bandeirante e fundamentado no 'sentimento revolucionário de 32'.

Uma instituição financeira destacou-se no cenário paulista, na década de 1940 – o Banco do Estado de São Paulo, com a construção de um 'arranha céu' pouco funcional, porém grandioso e imponente, na exaltação do poder econômico da elite de uma cidade, conhecida por 'nunca parar'.

A evidência material exprime aquilo que a fonte documental desconsidera – um edifício símbolo de seu tempo e do poder herdado da oligarquia dos barões do café.

Com o tombamento do Edifício Altino Arantes em 2011, surge à problemática social da ressignificação do espaço construído, uma vez que, o sentimento de pertencimento coletivo, esbarra na mensagem impressa, na origem equivocada da 'paulistanidade'.

Faz-se necessário a reflexão sobre cultura material e Identidade Regional, para a efetivação da preservação do Edifício-Sede do BANESPA, uma vez que, o tombamento é apenas um ato administrativo, e a garantia de permanência é uma ação coletiva.

Após as análises e reflexões arqueológicas dos mecanismos epistemológicos e metodológicos que são suportes fundamentais para a compreensão das ideologias das

construções monumentais – material e imaterial, percebeu-se a relevância das teorias da Arqueologia e da História Regional no processo de desmistificação da figura do herói e do espaço construído, na percepção da relevância social, que o artigo: Arqueologia e Edificação – A representação da identidade da elite paulistana a partir da construção do Edifício Altino Arantes – o ‘Banespão’, na década de quarenta, tem na sociedade, por possuir aspectos que levam em consideração o contexto social, cultural e situacional – imediato, que se situam as problemáticas sociais, as relações interpessoais do mundo real, que transcendem a linguagem e a própria ocupação do espaço geográfico.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Flávio de. Os primórdios do modernismo no Brasil. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 28-31.

BAKOS, Margaret Marchiori. **O Povo da Esfinge**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p.103-117, 1983.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Arquitetura e ciências humanas: convergências e contatos. **TOPOS – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.69-72, jan./jun. 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Arquitetura e ciências humanas: convergências e contatos. **TOPOS: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.69-72, jan./jun. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALDEIRA, T. P. R. **Enclaves fortificados: a nova forma de segregação urbana**. Revista Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, v.47, mar. 2007.

CASSIRE, E. **Antropologia Filosófica – Ensaio sobre o Homem**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Nobel, 1993.

CERRI, Luis Fernando. *Non Ducor, Duco*: A ideologia da paulistanidade e a escola. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 115-136, 1998.

CHOAY, Françoise. **THE INVENTION OF THE HISTORIC MONUMENT**. Tradução: O’CONNELL, Lauren M. Cambridge: University Press, 2001.

DELEUZE, Gilles. Pensamento nômade. In: MARTON, Scarlett (Org.). **Nietzsche hoje?: Colóquio de Cerisy**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 57-76.

EDIFÍCIO SEDE – BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – S/A. **Revista Acrópole**, São Paulo, n. 116, Ano 10, Dezembro, p. 195-208, 1947.

ELLIS JR., A. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1993.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Edusp, 1993.

FLOR, Fernando R. de La. **Emblemas Lectures de La Imagem Simbólica**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Roma Vida Pública e Vida Privada**. 4ª.ed. São Paulo: Atual, 1993.

GEERTZ, Clifford A. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HODDER, Ian. Interpreting Material Culture. In: **The Archaeological Process: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishers Ltda., p.66-78, 1999.

HODDER, Ian. Theoretical archaeology: a reactionary view. In: HODDER, Ian (Ed.) **Symbolic and Structural Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69-79, 1982.

HOLLOWAY, Immy. **Basic Concepts for qualitativa research**. Londres: Blackwell Science, 1997.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **O registro do patrimônio imaterial**. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, IPHAN, 2000.

MORAIS, Daisy de. **Arqueologia da Arquitetura: Estação ferroviária de PIRAJÚ – ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo**. Erechim: Habilis, 2007.

MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. **“Civil e paulista”**: um interventor para São Paulo; a política estadual de 1930-1934. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

MUSEU BANESPA. **Entrevista com a museóloga Adriana Pichotano Athaide**. São Paulo, 2000.

ORSER, Charles E. Jr. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Tridente, 2000.

PRÉDIO DO BANESPA. **Edifício Altino Arantes – “Banespão”**. Disponível em: <<http://www.piratininga.org/banespa/banespa.htm>> Acesso em: 10 mar. 2013.

SALES, Gladys Mary Santos. **A construção do Edifício Altino Arantes e a Paulistanidade**. Trabalho na Disciplina de Arqueologia Histórica. Universidade de Santo Amaro; São Paulo, 2013.

STRINER, A. **Arquitetura e Art Déco**. Londrina: Atrito Art Editorial, 1994.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo**: três cidades em um século. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

UNESCO. SESSION OF THE UNESCO GENERAL CONFERENCE, 32th. **Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris, 2003.